

Sicsu não concorda com o racionamento de água

O coordenador da Coama — Coordenadoria de Assuntos do Meio Ambiente — Benjamin Sicsu não acredita na necessidade de racionamento de água no Distrito Federal, conforme foi anunciado pela Caesb na última semana. Ele argumenta que Brasília se constatou uma situação atípica, com índices pluviométricos abaixo da média dos últimos anos. No seu entender, existem outras medidas, a curto prazo, possíveis de suprir a carência de água na cidade.

Racionalização do consumo de água no DF e não racionamento é o procedimento básico defendido por Benjamin Sicsu. No seu entender é preciso uma disciplina do uso da água no caso doméstico, na agricultura, lazer e energia elétrica. "Desde que se gerencie, democraticamente, o sistema redutor de abastecimento de água não haverá problema de água no DF", observou. Nesse sentido, Sicsu considera uma medida necessária, a taxação para a utilização de água, além da distribuição equitativa no seu consumo.

Sicsu concorda no entanto, com

algumas medidas anunciadas pela Caesb, que segundo ele, fazem parte das sugestões da própria Coama, como a reativação dos mananciais e a ampliação de novas fontes de captação de água. Neste último caso Sicsu salienta sobre o auxílio de pequenos córregos que em conjunto, poderão ajudar a abastecer Brasília, em especial, o Córrego Bananal com uma capacidade de 135 litros por segundo, que pode abastecer uma população de 30 mil habitantes e o Vicente Pires suficiente para suprir a necessidade de consumo de 60 mil pessoas.

O coordenador da Coama sugere também o melhor aproveitamento do Rio Descoberto que abastece, em parte, a as populações de Ceilândia, Taguatinga e Plano Piloto. Com uma capacidade de seis metros cúbicos por segundo, hoje, só são utilizados dois metros. Mas para a ampliação do seu potencial, existe a necessidade de obras orçadas em torno de 15 milhões de dólares, que conforme Sicsu depende de empenho das autoridades locais. Com esta par-

cela do Rio Descoberto, segundo Sicsu, seria possível suprir o consumo de 1 milhão 200 mil habitantes, pelos próximos cinco anos.

A longo prazo, a melhor opção seria utilizar as águas do noroeste de Goiás, de melhor qualidade que a cogitada com a construção da Barragem do São Bartolomeu, onde se acumularão esgotos de Sobradinho e núcleos rurais. "Essa água é totalmente despoluída, numa terra pobre para agricultores, que não trará problemas fundiários na região", argumentou Sicsu.

Em função das notícias divulgadas pela Caesb, principalmente, no que tange à situação da Barragem de Santa Maria, Sicsu adiantou que a Coama procurará o órgão para conhecer a real situação do sistema. A obra que foi concluída há menos de dois anos, com uma capacidade de 2,8 metros cúbicos por segundo está prestes a secar conforme a Caesb. Sicsu acrescenta que a Caesb deve esclarecer se o tratamento foi mal dimensionado, mal projetado ou fatos estranhos estão acontecendo.